SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Filiado à Conlutas

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2009 - Número 338 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Sindicato abre campanha pelas 6h

Em assembléia no TRT/Barra Funda, servidores decidem avançar na campanha que deve se estender a todos os tribunais



Jesus Carlos

Servidores levantam benefícios da jornada de 6 horas

Veja o novo site do Sintrajud, a partir de segunda-feira, 02/03

Mais interativo e com maior navegabilidade, o site pretende ser uma ferramenta para formar e informar os servidores

Medida de Serra prejudica ainda mais requisitados do TRE Página 3



Ato em frente a Fiesp reforçou a luta contra o desemprego e redução direitos Página 4



Opinião do Sintrajud

É carnaval... e depois?

O clima pode ser de carnaval, mas a realidade que já não é animadora tende a piorar. Junto com seus empregos e parte de seus salários os trabalhadores sentem a máscara da estabilidade econômica cair, 30% dos lares paulistas têm algum desempregado, segundo a Folha de São Paulo.

Apesar da gravidade das demissões, ainda é difícil prever a dimensão total da crise. No entanto, as projeções não animam. Segundo a Organização Internacional do Trabalho cerca de 230 milhões de trabalhadores ficarão desempregados pela crise.

O setor privado é o mais atingido, por enquanto. Porém, o governo anunciou cortes na área social e nada garante que cumprirá os acordos fechados. Por isso mantém a tramitação do PL 248/98 e do PLP 92/07 que permitem a demissão de servidores públicos. É preciso ficar atento.

Desde que a crise econômica estourou, os patrões têm usado da redução de direitos e salários para garantir seus lucros. Na tentativa de convencer os trabalhadores, empresários e a grande mídia não páram de veicular matérias sobre a "alegria" dos trabalhadores que perderam 25% de seus salários, sem a garantia de manter os empregos.

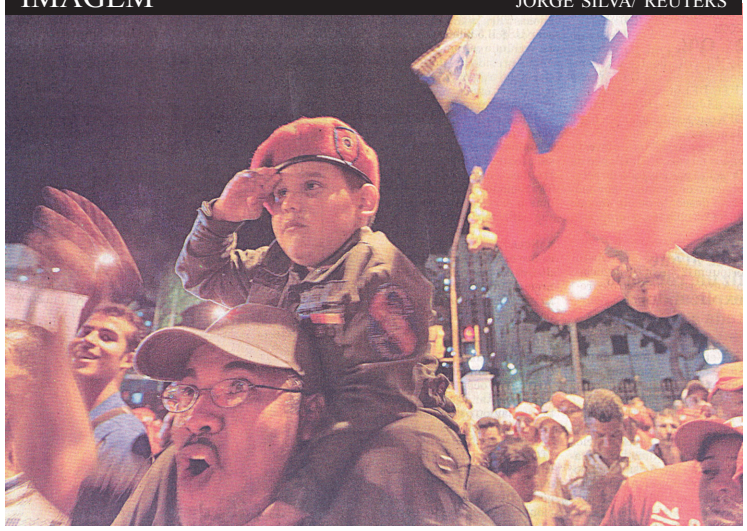
Falam em dividir responsabilidades, somar esforços contra a crise e em "sacrifício temporário". Entretanto, deixam de falar lucros acumulados nos últimos anos, o suficiente para não demitir, nem reduzir direitos. Vejamos o exemplo da Vale, maior empresa do Brasil. A mineradora tem, segundo divulgado por ela, cerca de US$ 15 bilhões em caixa, o suficiente para pagar os salários de seus funcionários por dez anos.

Os banqueiros, que devem ter câimbras no maxilar de tanto rir dos lucros astronômicos dos últimos anos, também não querem largar o osso. O presidente da Febraban deixou claro que não quer mudanças na política econômica do governo.

Cerca de 230 milhões de trabalhadores ficarão desempregados

A Conlutas e diversas entidades estão realizando atos nos estados contra as demissões e retirada de direitos. O próximo passo é a realização de um dia nacional de mobilização e paralisações em 1º de abril. Os servidores precisam se unir a essas lutas para impedir as piores conseqüências da crise.

IMAGEM JORGE SILVA/ REUTERS



Chavistas tomam as ruas após vitória em referendo

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Perda de direitos de requisitados ameaça Justiça Eleitoral

Welington Liberato dos Santos

Está havendo uma queda de braço entre a Justiça Eleitoral e o governo do Estado em relação aos funcionários requisitados cedidos ao órgão federal em questão. O governador José Serra faz tudo para que os servidores retornem às repartições de origem e a Justiça Eleitoral pouco faz para mantê-los nos Cartórios, limitando-se a abrir negociações com o governo estadual.

A lei federal 6.999, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos, garante que o afastamento de seus cargos não acarretará prejuízo de vencimentos e vantagens. Corroborando essa lei, a Casa Civil do governo publica no Diário Oficial, uma Resolução introdutória que diz que "à vista das requisições formuladas pelo TRE-SP, de acordo com o disposto no art. 30, XIII e XIV da LF 4.737-65, nos termos dos arts. 65 e 66 da Lei 10.261-68 e quando for o caso, nos termos do art. 15, I da Lei 500-74, o afastamento dos abaixo indicados (dos servidores), para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seus cargos, prestarem serviços junto aos órgãos da Justiça Eleitoral ..." Mesmo com todo esse amparo legal, as perdas dos servidores requisitados se acumulam:

1. Perda da gratificação de função de secretário de escola;
2. Perda da gratificação geral instituída pela L.C. 901 de 12/09/2001;
3. Suspensão da aquisição e fruição da Licença Prêmio;
4. Suspensão do pagamento da licença prêmio em pecúnia;
5. Cessação do Pagamento do storno do adicional de insalubridade devido ao Agente de Serviço Escolar e Auxiliar de Serviço, mesmo com a utilização contínua de cloro, detergente, cândida, sabão e outros materiais comprovadamente nocivos à saúde.
6. Exclusão do recebimento do bônus da Secretaria de Estado da Educação;
7. Exclusão de melhorias salariais, conforme Decreto 52.690, de 14/02/2008.

Não é novidade que cerca de 80% dos que trabalham nos Cartórios são servidores requisitados e que há uma lei federal que reserva apenas duas vagas para funcionários do quadro da Justiça Eleitoral. Portanto, sem os requisitados, os Cartórios não funcionam. Se continuar a política do governo Serra de retirada de direitos a tendência é que os requisitados retornem às repartições de origem, o que seria o caos.

Welington Liberato dos Santos, servidor federal, com a colaboração do servidor estadual da educação José Luiz Rodrigues da Silva

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



Frases

De Hoje:

"A escola deveria ser para o aluno, mas é esse lado que menos se leva em conta na hora de se elaborar as políticas públicas de educação".

Maria Isabel de Almeida, especialista na formação de professores da USP, dizendo que o fato de 43% dos docentes da rede estadual serem contratados em caráter temporário traduz-se em graves prejuízos para os estudantes.

"O que está se fazendo é espuma com o dinheiro público".

Sérgio Guerra, presidente nacional do PSDB, sobre a Ministra da Casa Civil, Dilma Rouseff, estar em plena campanha eleitoral.

"Se ficarmos esperando, vamos perder as oportunidades que a crise coloca para o Brasil".

Guido Mantega, ministro da fazenda, em um seminário para empresários. Será que para o ministro, as demissões em massa são oportunidades?

De Ontem:

"Há riqueza bastante no mundo para as necessidades do homem, mas não para a sua ambição" Mahatma Gandhi

6 horas

Jornada de 6 horas beneficiará servidor e população

Campanha está começando, nesta semana assembléia na Barra Funda apontou os benefícios e a necessidade da jornada de 6 horas. Em março, haverá assembléias no TRF/JF e no TRE

POR ADRIANA DELORENZO

O debate sobre a redução da jornada de trabalho para 6 horas tomou conta da assembléia que ocorreu na tarde desta quarta-feira 18, na subsede do Sintrajud no Fórum da Barra Funda. Não faltaram argumentos para levar a crer que a redução da jornada, sem redução de salário, trará muitos benefícios. Os trabalhadores terão mais qualidade de vida e, menos adoecimento por conta do trabalho. A população terá um melhor atendimento. Com a redução, o horário de atendimento seria ampliado. Os servidores poderiam trabalhar em dois turnos, como já funciona em outros tribunais que têm a jornada de 6 horas.

As assembléias sobre a campanha pelas 6 horas começaram no TRT, depois que a presidência do TRT do RJ publicou uma resolução reduzindo a jornada para 6 horas, sem redução de salário. Apesar da presidência ter suspendido a resolução, o ato mostrou que a luta é totalmente possível. Os tribunais têm autonomia administrativa para reduzir a jornada.

Em São Paulo, o atual volume de trabalho no Fórum da Barra Funda, por exemplo, já sobrecarrega os servidores, deixando claro que o atendimento deve ser ampliado e, principalmente, mais servidores devem ser contratados. Por isso, a luta também é pela aprovação dos projetos que criam mais cargos para os tribunais. "A resolução 53, do CSJT (que reestrutura e padroniza os cargos em todos os TRTs do país), já reconheceu essa defasagem, é óbvio que quem está pagando a conta disso são os servidores, com a sua saúde", disse Leica Silva, diretora do Sintrajud.

O diretor de base Henrique Costa lembrou ainda que com a crise atual muitos trabalhadores estão perdendo seus direitos, o que sobrecarregará os servidores da Justiça do Trabalho, portanto o volume de trabalho deve aumentar ainda mais. "É necessário aumentar o número de servidores e as varas só comportarão isso, se houver dois turnos de 6 horas", comentou.



Jesus Carlos

O diretor de base da Barra Funda Eleilson na assembléia do dia 18

Judiciário deve ser exemplo na manutenção e ampliação de direitos

Os benefícios da jornada de 6 horas são incontestáveis. Porém, os servidores apontaram que a luta para conquistá-la não será fácil e a campanha, que está apenas começando, deve crescer em todos os tribunais. "Estamos diante de uma conjuntura de perda de direitos, mas a jornada de 6 horas é uma questão de avanço social. Temos que defendê-la para o conjunto dos trabalhadores", afirmou o servidor David Landau.

Essa luta também está na pauta de outras categorias e sindicatos. Trata-se de uma bandeira histórica do movimento sindical. Para conter as demissões, que ocorrem sob pretexto da crise, a jornada de 6 horas, sem redução de salário, seria uma saída, pois aumentaria postos de trabalho. Em vez de reproduzir o que ocorre com os trabalhadores do setor privado, o Judiciário poderia se tornar referência.

Para Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud, a redução da jornada não é um favor, é uma solução, e os servidores têm que mostrar que estão abraçando esta idéia e unificar a luta com outros setores. Na assembléia, foi apontado que colegas que recebem funções comissionadas trabalham além do expediente. "É como se tivessem obrigação de dar algo em troca". Por isso, a luta pela jornada de 6 horas está acompanhada da Carreira. "Quem tiver um cargo de coordenação terá por fatores objetivos, e não porque alguém lhe deu", disse. (AD)

Deliberações sobre a campanha:
-O Sindicato realizará um seminário sobre as 6 horas e Carreira;
- Atividade no dia 1º de abril reivindicará as 6 horas;
- Assembléias nos outros tribunais;
- Materiais explicativos e de divulgação da campanha.

Depois do TRT, FGV chega ao TRE

Seguindo modelos de redes de "fast food", a FGV foi contratada para reestruturar dois setores do TRE em cinco meses

Mais um tribunal de São Paulo optou por contratar um representante do setor privado para administrar um órgão público, apesar de suas diferenças. Depois do TRT, o Tribunal Regional Eleitoral contratou a Fundação Getúlio Vargas para prestar consultoria em duas Secretarias: de Gestão de Pessoas (SGP) e de Controle Interno (SCI). A FGV irá reestruturar os dois setores em apenas cinco meses, o tempo de duração do contrato.

A rápida reestruturação seguirá os modelos já implementados nos outros órgãos que a FGV Projetos prestou sua consultoria. "A FGV tenta impor um pensar baseado em economia de mercado para organismos públicos que não tem por finalidade o lucro e sim prestar um serviço estatal de qualidade à população", afirma a diretora do Sintrajud Maria Cecília Pereira.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi um dos órgãos que teve a implantação de um modelo de iniciativa privada na gestão do trabalho. No livro publicado pela consultoria sobre o projeto para o TJ de São Paulo, a instituição considera as mesmas regras adotadas para empresas, válidas para os serviços públicos.

De acordo com a diretora do Sintrajud Leica Silva, no TRT "a FGV fez estudos afirmando que no TRT a vara 'modelo' funcionaria com seis servidores, quando hoje há 12, sobrecarregados", disse na ocasião do Seminário sobre a Reforma do Estado e do Poder Judiciário: fundamentos dos programas de modernização e suas conseqüências nas condições de trabalho, promovido pelo Sintrajud em novembro do ano passado. Em outubro, a resolução 53 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho reconheceu que seriam necessários, não seis, mas 18 funcionários.

No mesmo livro, a consultoria também enfatiza a avaliação do desempenho individual e o cumprimento de metas individuais. A falta de estrutura, condições de trabalho, sobrecarga, necessidade de mais servidores e qualidade do serviço passam longe dos objetivos. "Ademais, por que contratar um dinossauro, com idéias que hoje estão sendo derrubadas pelas medidas reestatizantes ante a crise econômica, quando temos funcionários no quadro que poderiam constituir um conselho e desse conselho sair um projeto com as mudanças necessárias", questiona Maria Cecília. **Veja a íntegra da matéria em www.sintrajud.org.br.* (AD)

Trabalhadores protestam contra demissão e redução de direitos

Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais trabalhadores foram às ruas

Na quinta-feira passada, dia 12/02, trabalhadores de diversas regiões do Estado de São Paulo realizaram um protesto contra demissões e redução de salários e direitos . A manifestação ocorreu em frente à sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), na Avenida Paulista.

Para conter as demissões, os manifestantes cobraram do governo uma medida provisória que garanta estabilidade no emprego. Para José Maria de Almeida, da coordenação nacional da Conlutas, o governo foi 'prestativo' para socorrer banqueiros que continuam demitindo. "Por isso, é necessária uma MP que garanta emprego a todos. Os trabalhadores não são responsáveis pela crise". afirmou.

Jesus Carlos



Centrais se uniram contra redução de salário e perda de direitos

No ato, os trabalhadores disseram não às propostas de redução de salários, com uma grande vaia, e defenderam a redução da jornada para 36 horas semanais sem redução do salário como forma de conter o desemprego. Diversas entidades e movimentos participaram do ato organizado pela Conlutas, o Sintrajud também esteve presente e continuará na luta em defesa do emprego.

Atos e demissões

Trabalhadores de outros locais do país também protestaram contra as demissões que vêm ocorrendo. O jornal Folha de S. Paulo do dia 12 mostrou que janeiro de 2009 deverá ser o pior janeiro dos últimos dez anos em relação ao número de vagas de trabalho fechadas. Só em dezembro de 2008, foram fechados 655 mil postos de trabalho. Os setores mais atingidos foram o produtivo, como siderurgia e extração mineral. (AD)

8 de Março: ato será em frente à Fiesp

Com a crise que se alastra pelo mundo, as mulheres são as primeiras a serem demitidas e são as que mais sofrem com os baixos salários. Por isso, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, será mais um espaço para avançar na campanha contra o desemprego, redução de salários e retirada de direitos. Por isso, a Conlutas realizará um ato em frente a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), às 11h, no Dia Internacional da Mulher. A concentração começa às 10h em frente ao Prédio do Tribunal de Justiça, na rua frei Caneca.

Os principais eixos defendidos pelos manifestantes serão: a luta pela estabilidade no emprego; contra a redução salarial e licença-maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras.

Servidores estaduais requisitados pelo TRE sofrem com as medidas de Serra

Sintrajud defende a ampliação do quadro, com a realização de mais concursos

Rosilaine Ribeiro Sá é servidora da educação do estado de São Paulo e trabalha como secretária de escola há 26 anos. Porém, há quatro anos ela foi requisitada para trabalhar como auxiliar de justiça na 357ª zona eleitoral, em Sorocaba.

No cartório onde Rosilaine trabalha, há outros cinco servidores do estado, três da prefeitura e apenas dois são do quadro do TRE. Esta realidade, de apenas dois servidores do quadro e o restante de requisitados, se repete nos 422 cartórios eleitorais de São Paulo.

Embora o departamento pessoal do tribunal não tenha informado quantos requisitados trabalham para a justiça eleitoral, estima-se que para cada servidor do quadro haja um requisitado.

Justamente por estar a serviço da justiça eleitoral que Rosilaine e os demais servidores do estado estão perdendo alguns direitos como a licença prêmio. Além da licença, o governador José Serra tirou a Gratificação Geral (GG), devida a todos os servidores requisitados e os secretários de escola perderam a gratificação pela função.

Rosilaine diz que a sua situação financeira ficou muito difícil após os cortes, que representaram 30% de seus rendimentos: "Deixei de receber R$260 por mês e acabei tendo que fazer um empréstimo, em janeiro só recebi R$500", disse.

Depois de 17 anos no serviço público estadual e requisitado pelo TRE desde 2003, o servidor José Luiz Rodrigues diz que não receberá a bonificação por desempenho, paga aos funcionários das escolas que obtiverem os melhores resultados.

De acordo com ele, os servidores requisitados e os do tribunal estão começando a se mobilizar para mudar esta situação. "Fizemos um manifesto para que os demais servidores saibam da nossa realidade. Gostaríamos que o tribunal ao menos pressionasse o governo do estado em nossa defesa", afirmou.

Para a diretora do Sintrajud e servidora do eleitoral, Maria Cecília Pereira, os servidores requisitados se dedicam muito ao Tribunal e merecem respeito: "Nenhum trabalhador pode ter seus direitos restringidos, bem como deve ser garantida a manutenção de seus vencimentos sem nenhuma perda", afirmou.

Cecília considera também que o servidor requisitado sofre prejuízos, pois, fica impedido de ascender na sua carreira.

"É uma situação delicada, por um lado a vaga para a qual ele prestou concurso fica aberta, contribuindo para a precarização dos serviços à população carente, principalmente nas áreas da saúde e educação. Por outro lado, o TRE continua sem funcionários do quadro em quantidade suficiente para ocupar essas vagas, alimentando esse ciclo pernicioso para a sociedade e para os próprios funcionários requisitados", afirmou.

Opinião semelhante tem a servidora aposentada do TRE e diretora do Sintrajud Ana Fevereiro: "Defendemos que todos os trabalhadores tenham seus direitos assegurados; que as regras fiquem bem claras para que o requisitado possa optar onde trabalhar. No entanto, a situação ideal é que os TREs ampliem o quadro de funcionários, realizando mais concursos", afirmou. (CAÊ)

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Bernardo Rivera **Tiragem:** 13.000

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.